

**“SOMOS TODOS IGUAIS”: NACIONAL  
DESENVOLVIMENTISMO, MODERNIZAÇÃO  
ECONÔMICA E SEGREGAÇÃO RACIAL NA  
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL  
(1964 - 1970)**

**“WE ARE ALL EQUAL”: NATIONAL  
DEVELOPMENTALISM, ECONOMIC  
MODERNIZATION AND RACIAL  
SEGREGATION IN COMPANHIA  
SIDERÚRGICA NACIONAL (1964 - 1970)**

**Luís Felipe Nunes Silva** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, Brasil  
e-mail [luisfnsilva@gmail.com](mailto:luisfnsilva@gmail.com)

**Resumo** Esta pesquisa, analisando a primeira metade do período da Ditadura Militar, tem o objetivo de descrever e contextualizar o modo como a Companhia Siderúrgica Nacional promovia junto aos seus trabalhadores os ideais de nacional desenvolvimentismo e de modernização da economia, associando-os à ideia de que existiria na empresa uma democracia racial, ao mesmo tempo que reproduzia no seu interior esferas de estratificação social e desigualdade. No processo de construção de Volta Redonda, a dominação do espaço social pela CSN prevaleceu. O status da posição ocupada pelos agentes e grupos de agentes sociais, dentro da empresa, definiu sua distribuição e poder na cidade, que sempre foi tratada pela CSN como uma company town, ou seja, uma cidade moldada para atender às necessidades da própria empresa. A formação socioeconômica de Volta Redonda, é reflexo desta perspectiva que propõe um modelo geográfico e econômico de estratificação social, abarcando relações sociais hierarquizadas e conflitos entre os atores sociais que compõe a cidade. A maioria das pesquisas dentro da perspectiva da História Social do trabalho feitas sobre Volta Redonda, durante a ditadura militar, enfocam o período final dos anos de 1970 e os anos 1980. Isso resulta numa menor contextualização sobre os abusos de poder dos militares contra os trabalhadores da cidade, passando uma impressão de certa passividade dos operários. Poucos são os trabalhos que analisam as estratégias que os militares, por meio da CSN, utilizaram visando instrumentalizar a formação ideológica dos operários. Diante deste quadro historiográfico, ainda hegemônico, pretendo matizar esses pontos de vistas, propondo uma nova interpretação para o período na perspectiva da história social do trabalho, particularmente no que diz respeito às conexões entre a questão racial e de classe. A proposta apresentada aqui se contrapõe às abordagens que insistem na primazia do debate econômico na historiografia do trabalho. Esta pesquisa dá ênfase à abordagem cultural, analisando discursos e trazendo a relevância das relações de etnicidade, levantando provocações ao modo de se pensar a formação de classe operária aliada ao debate de classe e raça.

**Palavras-chave** Companhia Siderúrgica Nacional; Segregação racial; Ditadura militar; Democracia racial; Volta Redonda

**Abstract** This research, analyzing the first half of the period of the Military Dictatorship, aims to describe and contextualize the way in which Companhia Siderúrgica Nacional promoted among its workers the ideals of national developmentalism and economic modernization, associating them with the idea that there would be a racial democracy in the company, while reproducing within it spheres of social stratification and inequality. In the construction process of Volta Redonda, CSN dominated the social space. The status of the position occupied by agents and groups of social agents within the company defined their distribution and power in the city, which has always been treated by CSN as a company town, that is, a

city shaped to meet the needs of the company itself. The socioeconomic formation of Volta Redonda is a reflection of this perspective that proposes a geographical and economic model of social stratification, encompassing hierarchical social relations and conflicts between the social actors that make up the city. Most research within the perspective of the Social History of work done on Volta Redonda, during the military dictatorship, focuses on the final period of the 1970s and the 1980s. This results in less contextualization of the abuses of power by the military against workers in the city, giving an impression of a certain passivity on the part of the workers. There are few works that analyze the strategies that the military, through the CSN, used to instrumentalize the ideological formation of the workers. Faced with this still hegemonic historiographical picture, I intend to clarify these points of view, proposing a new interpretation for the period from the perspective of the social history of work, particularly with regard to the connections between racial and class issues. The proposal presented here is opposed to approaches that insist on the primacy of the economic debate in the historiography of work. This research emphasizes the cultural approach, analyzing discourses and bringing the relevance of ethnicity relations, raising provocations to the way of thinking about the formation of a working class allied to the class and race debate.

**Keywords** Companhia Siderúrgica Nacional; Racial segregation; Military dictatorship; Racial democracy; Volta Redonda



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 28/11/2023  
 Publicado em 31/12/2023

## INTRODUÇÃO

Este artigo, analisando os primeiros anos da Ditadura Militar no Brasil, levanta à discussão evidências deste período, sendo sustentadas por nossa hipótese: a ditadura militar em seus anos iniciais, amplificou e fortaleceu o mito da democracia racial ao passo que perseguiu e censurou todo o discurso racial e do movimento negro, principalmente nos seus primeiros 6 anos de período, aqui analisados.

Em nossa historiografia do trabalho, pouca aproveitada são as experiências dos trabalhadores durante a ditadura militar, sendo ainda mais incipiente as propostas que dialogam com a interseccionalidade racial ou de gênero dentro das questões de violência no cotidiano daquela conjuntura. Isto posto, significativa e valorosa contribuição nos traz Larissa Correa e Paulo Fontes em seu texto “Falas de Jerônimo” ratificando nossos apontamentos:

Nesse sentido, não é surpresa observar que os trabalhadores – um dos atores sociais mais expressivos da conjuntura política do pré-golpe –, têm sido razoavelmente negligenciados neste conjunto de análises mais recentes sobre o período. Nos numerosos eventos e nas atividades sobre o cinquentenário do golpe, esta ausência tem sido notável. Até o momento, as análises sobre memórias durante o regime militar, baseadas sobretudo nos depoimentos de militantes de esquerda oriundos do movimento estudantil, das camadas intelectuais e artísticas, assim como os estudos sobre a luta armada, imprensa, política econômica e o aparato repressivo, encontram-se entre os temas mais explorados sobre o período. (CORREA, 2016:130).

É importante o esforço em promover pesquisas que elucidem novas questões sobre os trabalhadores nos anos iniciais do pós - golpe de 64, que possibilitem um novo olhar sobre esta classe da nossa sociedade, indo em viés oposto a ideia de estagnação e paralisia perante o autoritarismo do período. Uma grande parte de historiadores, influenciados por estudos do período anterior ao da ditadura militar, estudos estes que valorizaram temas como corporativismo e populismo, foram motivados a concluir que os anos iniciais da ditadura aprofundaram os mecanismos de controle estatal, herdados do governo Vargas causando uma imobilidade dos trabalhadores que não eram organizados em grupos da esquerda revolucionária:

De modo geral, chama a atenção o pouco número de publicações acadêmicas sobre o movimento sindical ou o sobre o universo do trabalho em geral naquele período, especialmente entre 1964 e 1978. Além disso, o caráter repressivo e controlador do regime, que praticamente procurava tornar os sindicatos brasileiros uma extensão do Estado, pode ter dado a impressão de que não havia nada de interessante a ser estudado naquele período, salvo as esparsas manifestações de resistência por parte da classe trabalhadora. (CORREA, 2016:139).

- **A breve participação brasileira na II Guerra Mundial e o início do combate às ideias fascistas**

É nítido que o período da II Guerra contribuiu na ampliação de aspectos, características excepcionais em várias partes do mundo que foram surgindo após este período: fortalecimento de um Estado centralizador que invista no desenvolvimento da economia, avanços democráticos em países antes colônias, militarização da esfera pública, são apenas alguns desses aspectos. Em nossa pesquisa, pretendemos descrever sobre o discurso nacionalista usado pelos militares pós golpe de 64, entretanto vale um breve resalto do período onde foi sendo construído este discurso, e o já aparecimento da falsa ideia do nosso país possuir uma harmonia entre as etnias – a democracia racial.

A conjuntura estrutural do Brasil, que compreendeu o período da entrada do país na II Guerra, ocasionou mudanças efetivas à longo prazo em várias camadas discursivas da relação entre as elites brasileiras, o Estado e a população, mas também ocorreram mudanças nas estruturas sociais e econômicas. Como pretendemos evidenciar a expressão que a ditadura militar por meio de sua empresa estatal, a CSN, formulava para o trabalhador nacional, devemos pôr em evidência os aspectos exteriores que combinados com a conjuntura nacional reformulou os termos trabalhador e nacional.

As causas e condições propiciados por este grande conflito, não foram formuladoras de algo novo por assim dizer. Porém toda a conjuntura política daquele período, contribuiu no fortalecimento da ideia de progresso e modernização, principalmente para as elites empresariais, militares e intelectuais. E assim como mudanças nas relações econômicas entre empresa e trabalhador – a redefinição da legislação trabalhista por exemplo – a ideologia do branqueamento foi substituída pelo mito da democracia racial, passando a ser a nova referência ideológica hegemônica:

Não é que a Guerra tenha trazido novidades absolutas, já que as ideias que fundamentavam todas essas transformações, no plano econômico, político e social, já se encontravam em circulação no país muito antes. Mas foram as circunstâncias excepcionais geradas pelo conflito global que estabeleceram as condições para a ruptura parcial das “forças da tradição” que tornavam até então pouco efetivos os projetos de mudança já pautados ao menos desde o início dos anos 1930. Essas mudanças incluíam o estabelecimento de limites ao arbítrio absoluto dos empresários nos locais de trabalho via legislação trabalhista e a incorporação do operariado nacional à “cidadania regulada”. Mas passavam simultaneamente pela substituição do “branqueamento” pela “democracia racial” como referência ideológica hegemônica para as diversas formas de ação estatal que visavam constituir, física e simbolicamente, um “povo brasileiro” que valorizasse a nação no cenário internacional, justificando assim sua soberania. (FORTES, 2014:9).

Para nossa pesquisa, o aspecto ou expressão que iremos provocar a reflexão ao leitor refere – se aos impactos do pós-guerra nas relações entre raça e classe no Brasil. Em nosso país, a intensa aceleração da industrialização provocou ondas migratórias vindas para o eixo Rio – São Paulo, locomovendo centenas de trabalhadores de matrizes étnicas diferentes. Era necessário que houvesse um sentimento que unisse tantas culturas diferentes, sendo urgente e necessária que as estratégias do Estado para a relação com o operário fossem atualizadas. É dentro deste panorama, que o trabalhador nacional passar a ser um dos focos de atuação da nova matriz ideológica hegemônica – a democracia racial - neste percurso do projeto desenvolvimentista nacional brasileiro.

Somado a isso, a II Guerra produziu uma nova configuração para o trabalho manual, ao mesclar o sentimento nacionalista – em defesa da soberania brasileira – originando uma configuração excludente para dezenas de trabalhadores que vieram para a CSN por exemplo (a empresa tratava como desertor o funcionário que pedia demissão nos anos 40). Por outro lado, fator que favorecia o exercício da dominação do Estado, as empresas que surgiam eram vistas como “trincheiras de guerra” possibilitando a reapropriação da narrativa nacionalista como instrumento de controle e poder:

As transformações econômicas produzidas pela guerra se associaram a outras características do esforço de guerra para criar condições favoráveis à produção de importantes mudanças no que diz respeito ao lugar dos trabalhadores na sociedade brasileira. A combinação do deslocamento massivo para novas frentes de trabalho contribuía por si só para dar uma nova configuração à classe trabalhadora. Milhares de trabalhadores foram deslocados para, em um curto espaço de tempo, incorporar nova se vastas áreas do território nacional à estrutura produtiva, seja no ramo extrativo (como a retomada da produção de borracha na Amazônia ou o início da mineração de manganês na Serra do Navio do Amapá), no desenvolvimento de indústrias de base (tais como a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, da Fábrica Nacional de Motores, na Baixada Fluminense, da Nitro Química, em São Miguel Paulista, ou da Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio) ou ainda em empreendimentos de infraestrutura, tais como os campos de aviação construídos no bojo do Airport Development Program, sob a coordenação da Pan American Airways. (FORTES, 2014:8).

O imaginário da nação precisou sofrer uma repaginação. O sentimento de ser brasileiro passa a ter uma valorização, trazendo a importância da nossa cultura popular, sem as características consideradas “marginais”, os aspectos adquiridos da presença africana e indígena em nossa matriz cultural. Advindas da nossa época imperial, era predominante entre as classes dominantes da era Vargas o entendimento de que a eugenia, o branqueamento de toda nossa população, era um fator ainda necessário para a modernização do país. A entrada do Brasil na II Guerra reconfigura esta ideia que passa a ser vista como arcaica, ultrapassada, um empecilho para nossa modernização.

Após ser declarado que nosso país lutaria contra as forças alemãs e italianas, ação essa reforçada pelo torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães em 1942, os imigrantes da Alemanha e Itália principalmente, antes tratados como importante contribuição para o branqueamento do Brasil, passam a serem vistos como inimigos externos, sendo obstáculos para nossa modernização e valorização do nacional:

O ingresso do Brasil na guerra impacta profundamente essa configuração social local. Uma indicação simbólica foi a reação popular contra o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em agosto de 1942. No distrito industrial, as placas das avenidas “Alemanha” e “Itália” foram arrancadas pela multidão e substituídas por outras com os nomes de duas embarcações afundadas. O ato foi posteriormente oficializado pela prefeitura da cidade. As lojas Renner, vinculadas ao maior complexo industrial do estado e exemplo de “capitalismo de bem-estar”, foram apedrejadas. (FORTES, 2019: 13).

Os discursos abertamente racistas passam a sofrerem uma diminuição após a II Guerra, sendo até mesmo criticados no meio intelectual. A participação brasileira contra uma ideologia totalitária baseada nas doutrinas da supremacia branca, transformou a narrativa sobre as relações raciais de nosso país. Destacado por Fortes e Ribeiro, um marco dentro deste movimento em direção a exaltação de uma falsa democracia racial brasileira, foi o mandado de prisão feito ao sociólogo Gilberto Freyre após publicar um artigo criticando as ideias nazistas:

Um artigo publicado em 1942 causou a detenção do célebre sociólogo Gilberto Freyre por dois delegados de polícia “abertamente simpáticos ao Eixo”. No texto, Freyre denunciava “falsos religiosos” que se dedicavam à difusão “de doutrinas ferozmente etnocêntricas, anticristãs e antibrasileiras” (...) Os “falsos religiosos” eram ex-franciscanos alemães responsáveis pela propaganda nazista justamente na Companhia de Tecidos Paulista estudada por Leite Lopes. Em novembro de 1942, 23 dos 47 funcionários alemães da empresa foram detidos pela polícia política e enviados a um “campo de concentração” construído pela própria empresa a 60 quilômetros de Recife, onde ficaram detidos até agosto de 1945. A delegação do poder de Estado à companhia para lidar com a questão surpreende pela abundância de evidências de envolvimento dos seus proprietários com o nazismo. (FORTES, 2019:14).

Porém não era consenso no meio intelectual, qual teoria e metodologia seria adequada para trabalhar o conceito de raça, tampouco era consenso a forma como se estruturou o racismo. Uma relevante evidência para este tópico, foi o projeto de pesquisa organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), patrocinando uma série de pesquisas sobre relações raciais em nosso país, principalmente nas regiões Nordeste e no Sudeste (MAIO, 1999:153): “A “opção Brasil” guarda íntima relação com o contexto internacional da época. Após os resultados catastróficos da Segunda Guerra Mundial, a Unesco foi criada tendo como um de seus principais objetivos tornar inteligível o conflito internacional e sua consequência mais perversa, o Holocausto”.

Chamado de Projeto UNESCO, suas pesquisas ampliaram o campo de debates sobre as relações raciais no Brasil, fomentando novas pesquisas sobre a nossa sociedade. As pesquisas da UNESCO funcionaram como um instrumento catalisador ao propor reunir vários intelectuais para se pensar este tema:

Neste sentido, o Projeto Unesco foi um agente catalizador. Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular. Por sua vez, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros haviam assumido como desafio intelectual não apenas tornar inteligível o cenário racial brasileiro, mas também responder à recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade. (MAIO, 1999:142).

O impacto da II Guerra gerou um programa de combate ao racismo, e o discurso a princípio adotado pela UNESCO era de negar o valor científico para o termo raça, assim acreditava iniciar a superação dos traumas deixados pela II Guerra. Esta organização se estrutura a partir das atrocidades causadas, por discursos racialistas e científicos da ideologia fascista, que quando foram postos em prática causou toda barbaridade que foi o Holocausto. Nas décadas de 1930 e 1940, teorias como neodarwinismo também tratado como síntese evolutiva, possuíam bastante alcance no meio intelectual ancorando os discursos de superioridade ariana do fascismo daquele período (MAIO 2015).

A exemplo, um dos sociólogos brasileiros envolvidos no projeto UNESCO, Luiz de Aguiar Costa Pinto, apontava naquele período que os conflitos raciais não provinham de natureza biológica, mas sim de natureza sociológica, a partir das interações sociais. De acordo com Costa Pinto, a UNESCO deveria adotar uma perspectiva de não apenas negar o valor científico do termo raça, e sim compreender que os conflitos raciais têm suas origens nas desigualdades sociais e políticas. Em seu texto que serve de base para nossas reflexões, Marcos Maio descreve sobre as ideias de Costa Pinto não serem majoritárias dentro da UNESCO:

*Sociologist Costa Pinto, on the other hand, believed that "it had been demonstrated by all disciplines that no pure races existed, but that there were nevertheless racial problems of a purely sociological nature. [...] Relations between groups were based on ideology and not on any scientifically definable differences and, therefore, UNESCO should begin by recognizing that race prejudice had its roots in social and political differences, not in physiological or mental aspects." Once again, Costa Pinto's stance was indicative of the degree of disagreement among the experts on the UNESCO panel. If the scientific community was uncomfortable about the evils perpetrated by Nazism in the name of race, this did not redound in a common critical perspective of the race concept. (MAIO, 2015:14).*

A desumanidade ofertada pelas ideias fascistas, e em meio as discussões dentre os pesquisadores deste projeto, levaram a UNESCO a adotar a postura que imparcialmente



influenciaram o Estado brasileiro no período da ditadura militar: a partir de um método quantitativo, quanto mais dados científicos acumulados obtivessem seriam utilizados para comprovar que a melhor forma de combater o racismo era negando o termo raça.

Perspectiva essa que podemos dizer foi falha. Além de conflitos raciais serem frequentes em nossa história, esta visão acaba contribuindo no silenciamento da cultura de etnias que não ocupam locais de poder na sociedade:

*On a broader perspective, contrary to what UNESCO had expected, the Holocaust had not led natural and social scientists to a consensus about a scientific corpus that radically questioned the concept of race. UNESCO was influenced by a perspective centered on the assumption that amassing scientific data would be the best way to sustain a political agenda that sought to negate the concept of race and therefore would be the best way to fight racism. Presenting itself as a "scientific agency of the United Nations," UNESCO tried to combat a moral, political, and ideological issue by grounding itself in science. The divergences that became evidente both during and after the meeting of experts challenged UNESCO's optimistic belief that the Nazi atrocities had led the scientific community to join unanimously in questioning the dubious heuristic value of the race concept. (MAIO 2015:21)*

Em consequente, visualizamos o período da II Guerra Mundial não como um fato distante da nossa realidade. Foi um fato histórico de grande amplitude, que reformulou profundas ideias e valores da sociedade ao redor do mundo. De forma introdutória, pretendemos com este tópico reunir reflexões e provocações que envolvem as singularidades do período da II Guerra Mundial, relacionando ao trabalhismo e nacionalismo brasileiro:

Em síntese, buscamos explorar a hipótese de que os trabalhadores convocados a o exercício da "cidadania regulada", o público que o trabalhismo visava "produzir", e que seria identificado a partir daí como "a classe trabalhadora brasileira", vinha na verdade se forjando num processo de transformações socioculturais de múltiplas dimensões, catalisadas e aceleradas pela Guerra. (FORTES, 2014:10).

- **O silenciamento do debate sobre a situação racial no país**

Um dos objetivos nossos visa sobre demarcar o debate teórico do mito democracia racial, afirmando que o período de maior influência na sociedade foi o pós - golpe de 64, a partir da diferenciação teórica e conjuntural – que tratam o período ditatorial de Vargas já sob forte influência do mito da democracia racial – ampliando a narrativa da democracia social como motor ideológico do nacionalismo de emancipação do período varguista até a ditadura militar. Pretendo evidenciar, a partir dos aspectos da forte relação paternalista entre a CSN e operários, os pontos que sustentam a perspectiva da democracia social, teorizada e debatida por Ângela de Castro Gomes.



Isto posto, primeiro iniciamos pelos contextos que envolvem a ditadura militar e o seu foco em silenciar e negar tudo que envolvia o racismo e o debate sobre cultura africana no país, tecendo alguns fatos históricos conjunturais e da CSN através do periódico *Lingote*. A forte censura e perseguição aos intelectuais e políticos, somado ao controle de empresas estatais, são duas frentes estratégicas essenciais que funcionam como caminhos para os militares poderem expandir seus ideais aos trabalhadores e suas respectivas famílias, ao tempo que impossibilita outras narrativas de serem propagadas.

A nível nacional, dando ponta pé as nossas contextualizações, como estratégia para silenciar o debate cultural e de empoderamento negro, tivemos após o golpe de 64 o fechamento do Teatro Experimental do Negro (TEN) e posteriormente o exílio de Abdias Nascimento seu principal fundador. Abdias e o Tem promoviam o empoderamento da população negra, ofertando além do teatro, cursos de alfabetização e o estímulo à rede de intelectuais negros. O TEN encerra suas atividades em 1968.

Consequente, outro fato que marcou e ampliou a desarticulação do movimento negro foi a cassação e o exílio do deputado Guerreiro Ramos, também integrante do TEN. Até antes do surgimento do Movimento Negro Unificado, o TEN era o principal referencial para a divulgação e fomento do discurso intelectual negro, nos anos iniciais da ditadura militar brasileira, gerando reflexões, críticas e uma rede de resistência com organizações menores.

Sem dúvidas, os militares souberam onde mirar sua estratégia de sufocamento do debate racial brasileiro, ampliando e indo diretamente nas universidades públicas também. A meta era: está criticando a suposta harmonia racial brasileira? Defende teorias raciais? Promove debates sobre a cultura afro brasileira e o empoderamento? Tudo que envolva essas questões era censurado, perseguido, silenciado (Memórias da ditadura)<sup>1</sup>:

A agenda de pesquisa sobre relações raciais desenvolvida no processo de institucionalização do campo científico das ciências sociais, a exemplo das pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo por Roger Bastide e Florestan Fernandes desde os anos de 1950, perdeu o espaço que tinha na principal universidade brasileira, posto que o golpe militar interferiu diretamente na carreira universitária de estudiosos, cujos resultados das investigações questionavam o mito da democracia racial de um lado, e o argumento da ausência de preconceito racial, de outro (...) os militares não chamavam de subversivos apenas os guerrilheiros com suas armas, mas também os cientistas com suas ideias. Dentre os quais estavam arrolados acadêmicos que tinham apresentado questionamentos acerca da democracia racial no Brasil.

---

<sup>1</sup> Citação retirada do tópico "A questão racial na ditadura militar" presente no site <https://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-negros/> acesso em 3 de agosto de 2022.

A ditadura militar em seus primeiros anos, atuou fortemente para esvaziar todo o debate público racial, que não seguissem a fórmula aceitável para os militares: toda e qualquer críticas aos estereótipos utilizados para referenciar os negros, era considerado subversivo, censurado e silenciado seus atores. Os corpos negros seguiam a naturalização, as posições subalternas no mercado de trabalho eram objetificadas, a proibição da imprensa em promover o debate sobre discriminação racial. A cereja do bolo à nível nacional, foi o apagamento total da pergunta sobre raça/cor no censo de 1970 do IBGE, pela primeira vez em toda sua história.

Consideramos neste projeto as variadas maneiras e formas, para o IBGE obter e registrar informações sobre a cor/raça da população, sendo fundamental saber que o mesmo recebe influência direta das ideias e concepções relacionadas ao “ser brasileiro / ser uma nação brasileira”, difundidas pelas estruturas do Estado através das instituições. Articulado uma breve reflexão, o pensamento hegemônico das elites entre os finais do séc. XIX e metade do séc. XX (até antes do período da II Guerra Mundial) era pautado pelas ideias do branqueamento. Para grande parte das elites, o progresso do país em direção ao ideal civilizacional se daria a partir da miscigenação da população brasileira, desde que caminhasse em direção ao branco. As estatísticas coletadas eram utilizadas para demonstrar essa falsa ideia, de que a população estaria caminhando em direção ao branqueamento de sua população.

Mesmo havendo diversos questionamentos ao trabalho do IBGE, quanto a qualidade da veracidade de suas pesquisas e coletas, foi justamente se apropriando da possibilidade de criar declarações que não eram verdadeiras, que as elites puderam ir além de descrever a sociedade, mas também puderam “moldar” conforme desejavam:

As estatísticas oficiais foram usadas para demonstrar esse processo. Muito embora o quesito racial nos censos tenha sido, em vários momentos, questionado por membros do IBGE a partir de argumentos técnicos — e justamente esse, da imprecisão das categorias raciais, e da possibilidade de declarações “inverídicas” sobre a “raça” do informante —, nas publicações do Instituto “raça” é central para a imagem de nação brasileira, é parte do trabalho de “[...] não apenas descrever a realidade, mas de modelar o auto-entendimento nacional. (ANJOS, 2013:110).

Na segunda metade do século XX, com a ampliação e fortalecimento da democracia racial como motor de modernização e civilização, a valorização da miscigenação para nossa formação cultural a partir do esvaziamento do debate sobre raças e racismo, traduziu na primeira vez na história que o IBGE retirar a pergunta sobre raça/cor de suas pesquisas. Ao propor passar para a comunidade internacional, que o Brasil possuía uma harmonia entre as

etnias e raças, o Estado militar tentou camuflar toda a violência e censura promovida por ele mesmo a partir desse falso mito.

A estratégia do Estado militar se pautou pela lógica: já que não há uma conjuntura de disputas e violência racial - todas as raças e cores são equivalentes entre si e para o Estado - logo as raças são indistintas para as instituições militares: “somos todos iguais, somos todos brasileiros”:

Essa ideia de que o estado não discriminava as raças e consagrava a mistura delas absorvida e disseminada pelo IBGE, impedia aos elaboradores do censo de proporem uma definição estanque entre as categorias raciais oficiais. Para a concepção e coleta de dados censitários sobre cor ou raça, a ideia de “democracia racial” redobrava a ideologia do branqueamento. Em primeiro lugar, porque ela mantinha o esquema preto-pardo-branco já existente. Em segundo lugar, porque, ao mesmo tempo, ela desestimulava o uso das informações estatísticas para um exame crítico das condições de existência dos subgrupos raciais e a possibilidade de proposição de políticas de estado segundo esses critérios. (ANJOS, 2013:111).

Determinada a silenciar qualquer suspiro de diálogo que girasse em torno, do empoderamento ou reflexão sobre racismo e cultura, perseguindo intelectuais e movimentos negros, retirando o termo raça das nossas pesquisas e pensamentos, o caminho para a alienação ideológica da democracia racial promovida pelos militares estava sendo pavimentado de forma a alcançar o objetivo máximo: a ideia de o Brasil ser um paraíso racial abranger todo o pensamento de forma hegemônica na sociedade.

Neste nosso estudo de caso, reafirmamos a importância que as estatais daquela época - aqui nesta pesquisa a CSN - proporcionou aos militares para agirem ideologicamente nos operários e suas famílias, propagando o discurso nacionalista em prol da modernização do país ao mesmo tempo que utilizou deste mesmo discurso, para alienação, controle e o principal: para camuflar a violência contra os corpos negros, praticada tanto pela CSN quanto pelos militares na cidade.

Isto posto, antes de adentrarmos nas evidências que apontam o racismo institucional da CSN a partir da análise do seu periódico O Lingote, iremos descrever o contexto e aspectos de Volta Redonda durante o governo de Juscelino (JK). Este período se faz importante, pois é quando as ideias e práticas que resultaram na Família Siderúrgica começam a serem deixados para trás pela CSN, dando vez a perspectiva meritocrática e utilizando com mais empenho do falso ideal da democracia racial, como levantado na introdução desta pesquisa.

Pautado pelas pesquisas da Morel (1988), analisada depois por pesquisas fundamentais de Leonardo Ângelo (2019) e Eduardo Ângelo (2010), o termo “Família Siderúrgica” sintetiza melhor a estratégia e tática usada pelos militares durante a ditadura varguista para controle e alienação dos operários, sem o uso ampliado da democracia racial como motor ideológico.

Neste período até os anos de JK, o silenciamento do debate racial e cultural ainda não era um pilar de sustentação ideológica do Estado brasileiro, assim como foi nos anos iniciais da ditadura militar. As estratégias de organização e construção da Família siderúrgica refletiam a necessidade de ter um estoque permanente de mão de obra, disciplinamento do operário e da sua família, cooperação e bom comportamento dentro e fora da CSN. E como apontado anteriormente na introdução, o operário em contrapartida recebia um grande assistencialismo da empresa, destacando dois dos principais fornecidos: a bonificação da “girafa” (quanto mais tempo de trabalho, maior era a bonificação) e a política de casas que a CSN distribuía para seus funcionários:

A partir de 1956, com Juscelino Kubitschek consolida-se a fase da industrialização pesada que articula a grande empresa nacional com a empresa estrangeira. A setor siderúrgico será mais uma vez beneficiado com a expansão dos setores de bens duráveis e da indústria automobilística. O Plano de Metas definia a siderurgia como um dos setores prioritários, propondo investimentos diretos do governo no setor. (PACHECO, 2002:8).

Avançando em nossa análise, para melhor entendimento das mudanças ideológicas que resultaram no fim do ideal de Família siderúrgica e no avanço da amplitude do mito da democracia racial, se faz necessário algumas contextualizações feitas a partir do Plano de Metas do período de Juscelino Kubitschek. O Plano de Metas aumentou a dependência econômica brasileira à acumulação de capital estrangeiro, sendo que a CSN teve um grande destaque para o governo JK abastecendo com aço, toda a expansão do setor automobilístico e naval que aquele período demandou.

A corrida pela expansão dos setores automobilísticos e naval, resultou no que podemos sintetizar por “fome de aço”, ocasionando mudanças estratégicas por parte da CSN para que sua produção de aço tivesse um grande aumento:

A disponibilidade do capital, na conjuntura internacional pós – reconstrução da Europa Ocidental e após a recuperação da economia japonesa com a Guerra da Coreia, levou o governo americano a negociar, com países subdesenvolvidos em via de industrialização (...) a síntese desses processos foi a abertura do mercado brasileiro para a substituição de importações no setor de bens de consumo pela produção de empresas transnacionais, em especial as empresas do setor automobilístico. (BEDÊ, 2010:136).

O termo nacional desenvolvimentismo reúne uma política econômica, combinando Estado, empresa privada nacional e capital estrangeiro, sendo o pano de fundo do pacto da “industrialização acelerada” para modernizar o país. Esta nova demanda por mais lingotes de aços, transformou a ordem racionalista da CSN acarretando mudanças em sua forma de

disciplinar e organizar seus operários, sendo o estopim para o esfarelamento do ideal de Família siderúrgica. Este aumento considerável na produtividade da CSN, necessitou além do uso de novas tecnologias, demandando também que a empresa colocasse como prioridade a racionalização de todo seu sistema produtivo, gerando uma nova forma de organização administrativa, ainda não vista anteriormente.

A reestruturação organizacional e administrativa da CSN, iniciando após a implementação do Plano de Metas do governo JK e sendo analisada aqui até os anos iniciais da ditadura militar, intensificou a relação de cima para baixo entre seus trabalhadores. Foi se estabelecendo uma hierarquia mais ampla, diversificada e racista entre seus engenheiros, técnicos e operários. Destacamos duas mudanças que afetaram de forma significativa e estrutural – gerando uma grande insegurança estrutural para seus operários de salário baixo – tomadas pela CSN em decorrência da “fome de aço”.

Como forma de incentivar seus operários a trabalharem e produzirem mais, a CSN muda a bonificação conhecida popularmente nos anos 40 e início dos anos 50 como “girafa”, passando a pagar bonificações partindo do quantitativo da produção de cada trabalhador seu e não mais por tempo de casa, o que favorecia os trabalhadores mais antigos e menos instruídos tecnicamente. A demanda por trabalhadores com mais nível de instrução e formação técnica, foi abraçada pela segregação e divisão racial do trabalho no capitalismo e isso não seria diferente dentro da CSN. A racionalização da empresa gerou a bonificação por mérito individual, em detrimento da bonificação por tempo doado ao trabalho.

O segundo destaque, chama nossa atenção para a política de distribuição de moradias - ponto forte entre o vínculo da empresa com o operário - foi sendo abandonado gradualmente pela CSN, tendo sido ampliado durante a ditadura militar como motivo para despejo de suas casas os seus operários supostamente envolvidos em ações contrárias aos interesses dos militares. Isto posto, este novo padrão de organização e gerencia visando o aumento da produção de forma rápida, necessitou que esta forma de controle dos trabalhadores pela CSN fosse aperfeiçoada. (DA SILVA, 2019).

Ao mesmo tempo que o avanço industrial, naval e automobilístico significava modernização, esta nova forma de hierarquia - violenta, excludente e racista – obteve sua modernização ao manter grande parte dos trabalhadores sob seu controle, mesmo tendo níveis e diferenças relacionais entre eles. Não exista mais o sentimento da Família Siderúrgica, agora o termo “peão” passava a ser utilizado principalmente para se referir ao operário da empresa terceirizada, em grande maioria operários que efetuavam os serviços mais insalubres.

Junto ao dismantelamento da Família siderúrgica, era abandonada também a ideologia do nacionalismo de emancipação adotada durante a ditadura varguista, dando lugar ao nacional – desenvolvimentismo que visava promover uma industrialização acelerada do Brasil:

O intervencionismo estatal, encarnado no Plano de Metas de JK deixou de lado o caráter emancipacionista nacional presente na ideologia do pacto industrialista no Estado Novo (1937 – 1945) e no segundo governo de Vargas (1951 – 1954). A partir daí, o intervencionismo estatal passou a ser a garantia de acumulação privada do capital transnacional investido no país, pela divisão social do trabalho entre o setor estatal e o setor privado e estrangeiro. (BEDÊ, 2010: 138).

Deste modo, aponto aqui as contribuições de Ângela de Castro Gomes sobre o período da ditadura Vargas e o que podemos chamar por democracia social. Este debate é o ponto de demarcação entre a ditadura varguista e a ditadura militar, para nossa afirmação de que o uso da democracia racial foi mais fomentado e expandido pelos militares, nos anos iniciais da ditadura militar.

Destarte, nosso apontamento principal é na perspectiva do Estado para o olhar ao operário brasileiro. O início do período Vargas e o Estado Novo passa a incluir um sustentáculo de seu poder e dominação, que os períodos anteriores não tiveram e os militares foram deixando de lado, a finalidade do Estado Novo foi além da política e instaurou a questão do estado de bem-estar social, junto a questões que trouxeram mais segurança estrutural aos operários tanto da CSN quanto de outras empresas. Enquanto os militares permitiram, a CSN por exemplo, retirar as garantias estruturais para seus trabalhadores – como as aqui apontadas a “girafa” e a construção de casas – construindo assim sua legitimação e controle dos operários a partir da racionalização e mérito por cada produção individual, o Estado varguista seguiu outra estratégia.

O caminho trilhado pela ótica da “Revolução de 30” e seguida pela ditadura do Estado Novo, possuiu o foco na questão social que atingia toda a imensa classe trabalhadora naquele período. De acordo com Angela de Castro Gomes, a finalidade do Estado neste período foi além das questões jurídicas, destinando um olhar a forma de resolver também as questões sociais e econômicas da população. A ditadura varguista trilhou o caminho da sua legitimação e controle, através da promoção de garantias estruturais que superassem as mazelas do povo brasileiro seja pela garantia da cidadania ou dos direitos trabalhistas:

É fundamental observar que a questão social surgiu então como a grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos do pós-30. A revolução e principalmente o estabelecimento do Estado Novo distinguiram-se de todos os demais fatos de nossa história, na medida em que se afastavam das meras preocupações formais com procedimentos e modelos jurídicos, para mergulhar nas profundezas de nossas questões econômicas e sociais. A construção do projeto político do Estado

Novo evidencia assim que a busca da legitimação da autoridade se deu de uma forma e por razões completamente distintas daquelas que haviam fundado a legitimidade dos regimes anteriores. Nesta visão, legítimo seria o regime que promovesse a superação do estado de necessidade em que vivia o povo brasileiro, enfrentando a realidade política e econômica da pobreza das massas. (GOMES, 2005:197).

Deste modo, a democracia social aqui utilizada para descrever o foco do Estado nacional pós “Revolução de 30” seguindo pela ditadura do Estado Novo, procurou utilizar da sua amplitude e poder para enfrentar a questão das mazelas sociais a partir da valorização do trabalho e do trabalhador. Diferente do período da República velha, o Estado Nacional a partir dos anos 30 transformou o olhar do trabalho, trazendo uma nova perspectiva para o trabalho. O trabalho deixava de ser entendido como castigo ou como uma forma de alcançar objetivos individuais, se tornando o centro da vida dos operários.

Desta forma, o Estado nacional varguista adentrou a vida privada das famílias operárias integrando o trabalho à vida popular – o trabalho passou a emancipar a população daquela extrema pobreza – e partir disso, fomentando e controlando os vários sindicatos operários que surgiam:

O cidadão desta nova democracia, identificado por seu trabalho produtivo, não mais se definia pela posse de direitos civis e políticos, mas justamente pela posse de direitos sociais. Neste sentido, o projeto político do Estado Novo tratava de expurgar o conceito de democracia das ficções liberais, transformando-o em uma forma de organização estatal cujo objetivo era a promoção do bem do povo trabalhador, até então excluído da realização de seu próprio destino. (GOMES, 2005: 201).

Diferentemente, o Estado nacional militar acreditava que a questão social era avançar na modernização do país, direcionando seus esforços ao controle extremo dos sindicatos, organizando uma hierarquia de trabalho e de bonificações a partir da produção individual de cada operário, minando ao extremo as ações operárias de reivindicações – proibindo as greves e os partidos políticos de viés operário como o PTB e o PCB – construindo toda uma narrativa onde os problemas sociais e raciais podiam ficar em segundo plano, pois a questão principal era avançar o país estruturalmente. Isto posto, relaciona – se a “Fome de aço”, ao grande fomento na construção de rodovias, no avanço dos setores automobilísticos e navais, a perspectiva da Ditadura militar.

Por conseguinte, aos fatos analisados até o momento de caráter mais abrangente do nosso território, iremos evidenciar e refletir a partir deste parágrafo às dúvidas e questionamentos apontados: A CSN organizava e mantinha espaços segregados pela ótica étnica racial em seu interior fabril? É possível identificar a manutenção dos operários negros em baixos cargos de trabalhos por anos? Havia a utilização ideológica da democracia racial por parte da CSN para seus trabalhadores de forma geral e ampliada?



## METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

A estratégia por utilizar o *Lingote* como fonte, um periódico que serviu com um instrumento de influência e dominação da classe dominante, que no seu discurso reproduzia o pensamento hegemônico daquele período – fomentava o ideal da democracia racial entre seus operários e família – me provocou a questionar o discurso que era apresentado aos trabalhadores, atentando as entrelinhas e imagens expostas, e através das questões levantadas evidenciar o racismo institucional a partir da falta de mobilidade e insegurança estrutural da empresa que buscava camuflar este fato usando do discurso nacionalista aliado ao mito da democracia racial. As questões levantadas, vieram através das análises do *Lingote* e das leituras feitas ao longo do mestrado, onde analisei as edições entre os anos de 1964 a 1969, sendo pertinentes para a contextualização das questões levantadas os operários descritos pela própria empresa na coluna chamada “O Homem no Trabalho”. Esta coluna circulou entre os anos de 1964 a 1967, de forma não linear tendo algumas edições sido lançadas mensalmente e outras a cada semestre. Neste artigo expus minhas reflexões utilizando certas análises do *Lingote* que julguei pertinentes à maneira simplificada que consta, a análise completa poderá ser lida na dissertação que elaborei pelo programa em História Social da UFRRJ<sup>2</sup>. As questões levantadas seguiram este caminho: Como a CSN enxergava o seu papel na formação de uma nova classe operária, mais hierarquizada e desigual em nível técnico, que no período anterior? Como os militares através do *Lingote* dissiparam o mito da democracia racial para contextualizar que todos seus operários eram enxergados e valorizados pela empresa sem distinção de cor?

Nos deparando com a ausência de dados raciais – tanto pelo órgão do governo o IBGE quanto pela CSN – e na relutância da empresa em ceder o acesso a ficha cadastral de seus operários, o *Lingote* nos dá uma oportunidade de explorar além de suas imagens, mas suas ideias e pensamentos de um período tão violento de nossa história. A coluna analisada, O Homem no trabalho, enriquece nossa pesquisa ao expor fotos e leituras que nos permitem refletir sobre como a CSN via seus trabalhadores.

A questão racial na nossa sociedade, já era citada e criticada anos antes deste pesquisado pelo periódico o *Lingote*, já evidenciando a influência do discurso da CSN, um discurso inflado pelo racismo e branqueamento. Leonardo havia demonstrado em sua pesquisa com o *Lingote*, em décadas anteriores, o uso da expressão eugenia no sentido e perspectiva de ser uma

---

<sup>2</sup> SILVA, Luís Felipe Nunes. “Somos todos iguais”: Nacional-desenvolvimentismo, modernização econômica e segregação racial na Companhia Siderúrgica Nacional (1964-1970). Dissertação de mestrado – UFRRJ. Seropédica/RJ, 2022. 126 f.

preocupação para o periódico, estampado em suas páginas em junho de 1954, na coluna “Conheça seu colega de trabalho:

O caso do senhor Renato Siqueira (já tratado no início do capítulo) que teve vários filhos e que infelizmente teve morte prematura de bisneto é um caso revelador do tipo de conceito racial que o periódico expunha. Na matéria sobre Siqueira o periódico expõe que ele não poderia “mais se responsabilizar pela eugenia dos descendentes”, isso é bem típico do tipo de vocabulário que a equipe utilizava. (Silva, 2019:96).

O Lingote foi publicado de 1953 a 1977 pela CSN, para funcionar como um veículo de comunicação dos diversos setores da empresa, ultrapassando os limites dos muros da empresa abarcando toda comunidade de Volta Redonda. Um dos seus focos, era pôr a CSN em local de destaque como a indústria que carregava o país para a tão sonhada modernidade, ao mesmo tempo descrevia os avanços produtivos como glórias de batalhas travadas por seus operários. O Lingote circulou quinzenalmente até 1957, posteriormente sendo distribuído mensalmente, era editado no Rio de Janeiro, sendo a principal fonte primário da CSN para assuntos internos, sendo por vezes citado na imprensa pública (Silva 2019).

## RESULTADOS

Em seguimento, o Lingote não se preocupou em nenhum momento a deixar espaço ou abrir margem para abordarem sobre cor ou raça, tomamos como metodologia básica a classificação de negro ou branco por base nas características fenotípicas como nariz, cabelo e não apenas a cor da pele. Então, basicamente o critério será a presença de traços que podemos chamar de negroides: cabelo, nariz, lábios. A presença da cor negra, cabelos crespos e nariz arredonda entram na classificação de negros:

Minas e Volta Redonda comungavam de áreas com trabalho pesado e braçal, contudo, Volta Redonda apontava maior diversidade funcional no pós-1946 pois com o início da produção na usina levou de novos trabalhadores e funções (de vários níveis) adentram os muros da fábrica para a produção de aço. Ademais, Volta Redonda possuía uma população majoritariamente migrante. Ainda sobre Volta Redonda é interessante notar que mesmo que os trabalhadores negros fossem a maioria para os primeiros anos de construção e produção da CSN as mulheres negras não apareceram nas páginas do periódico da empresa. (DA Silva 2019:90).

Podemos constatar que o Lingote, serviu como um instrumento de comunicação e alienação da empresa e dos militares para com seus operários, sem romper vínculo relacional entre seus funcionários, contextualizando que a tarefa de todos era em prol do Estado nacional como fomentador do progresso do país. Ao silenciar o debate da cor e raça, mostrava para quem estava de fora dos muros que não haviam segregação entre seus operários, valorizando o

trabalho manual no “mesmo nível de importância” do trabalho mais técnico, traduzia que o trabalhador honesto e aplicado era digno de estar ali.

Na edição de junho de 1964, logo na segunda página nota – se a preocupação dos militares e da CSN em não apenas dominar o operário, mas também em exercer uma grande influência subjetiva nos operários, moldando da forma que bem entender o seu trabalhador. A isso, a CSN ainda aplica o termo “Diretoria de Engenharia Humana” para designar seus diretores e o objetivo principal em controlar, entender e moldar o seu operário<sup>3</sup>.

É simbólico que os operários da 1ª edição da coluna “O Homem no Trabalho” sejam do Alto forno, pois além de ser símbolo da siderurgia, é a área de produção final dos lingotes de aço tendo seu rendimento sido usado para enaltecer o aumento da produção naquele período. Nesta estreia da coluna, já chama atenção a quantidade de tempo trabalhado de dois operários aqui destacados – que pelas fotos podemos ver que são negros – e a manutenção efetiva na função, de baixa remuneração, que ainda serviam a empresa. Porém um deles, obteve mais mobilidade comparado aos outros casos analisados. José Maria Gomes trabalhou com descarga de matéria prima desde 1953 e foi alçado a mestre naquele ano de 1964, sendo o único caso da coluna onde notamos um operário negro tendo mudado de profissão após 10 anos de serviço. Geraldo Francisco, operário negro, antes sido canaleiro e agora operador, já ocupava o mesmo cargo há mais de dez anos<sup>4</sup>.

A coluna “O Homem no Trabalho” do mês de setembro de 1964, é pertinente para nós evidenciarmos como os operários negros em sua maioria, aparecem em postos de trabalho mais pesados e insalubres que os trabalhadores brancos. Nela vemos destacados trabalhadores da terceirizada, a Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), sendo dois deles trabalhadores brancos que merecem o destaque. O primeiro, Fernando Santos Pinho, 22 anos de CSN tendo iniciado como desenhista, carrega no discurso referente a ele no Lingote o orgulho de ter percorrido toda a hierarquia até se tornar chefe e engenheiro da FEM, inclusive tendo suas iniciais marcadas num equipamento da empresa como destaque do Lingote. Isto posto, o desenhista João de Brito, leva o destaque no periódico por ser antigo de FEM, porém novo de idade, havia tido a oportunidade de ter estudado na Escola Técnica (ETPC) da cidade – instituição criada para atender o uso de novas tecnologias e apontado por dar um nível técnico a poucos trabalhadores

---

<sup>3</sup> O Lingote edição do mês de junho de 1964 acesso nos arquivos do Centro de Memória do Sul Fluminense (UFF)

<sup>4</sup> O Lingote edição do mês de junho de 1964 acesso nos arquivos do Centro de Memória do Sul Fluminense (UFF)

criando uma hierarquia entre eles – ostentando já o cargo de chefe. Ambos são brancos, como podemos notar nas imagens<sup>5</sup>.

Nas edições entre janeiro e agosto de 1965, aqui descritos temos Jorge Negri e Paulino Cadinelli, brancos, iniciaram na CSN em 1950 e 1947 respectivamente. Jorge foi de auxiliar de escritório na rádio da empresa à secretário, possuindo alguns programas ao seu cargo em 15 anos trabalhados. Paulino foi de mensageiro, auxiliar até pegar o cargo de contabilista em pouco mais de 11 anos de empresa. Em comparação, temos o exemplo de Eurico da Cruz, negro, fichado na CSN desde 1943 como servente, depois em 1950 passou a ser jardineiro da rádio, exercendo a mesma função até o segundo ano da ditadura militar. Veja que não houve mais nenhum avanço de nível dentro da empresa para o cargo de Eurico, tendo atuado toda sua vida de trabalho até aquela data ainda como jardineiro<sup>6</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, sob o título “VR é outra abolição” e também “Um exemplo de renascimento”, utilizando de jogo de palavras como “etnia brasileira”, “harmonia de raças” e “democracia racial”, a matéria traz na íntegra o discurso do embaixador do Senegal feito na Escola Técnica Pandiá Calógeras aos futuros técnicos e engenheiros da CSN, reproduzido parte desta fala logo a baixo<sup>7</sup>:

Assimilado pela etnia brasileira, o negro africano escravo de outrora é o brasileiro de hoje que se confunde nesta harmonia de raças, neste extraordinário colorido humano que é a democracia racial em evolução no Brasil. Esta usina siderúrgica de Volta Redonda trabalha agora para uma outra abolição, que atinge todos nós – a emancipação sócio – econômica desta nação – continente.

Observe como o uso da palavra abolição foi utilizado para ilustrar que o principal objetivo da empresa – por meio de todos seus operários – era o avanço econômico acima das questões que envolviam nítidas evidências de espaços de segregação racial dentro da própria empresa – empresa essa sendo apontada como símbolo de abolição para outra nação – como as apontadas por nós e por Leonardo Ângelo (2019) em sua pesquisa. A estratégia dos militares

---

<sup>5</sup> O Lingote edição do mês de setembro de 1964 acesso nos arquivos do Centro de Memória do Sul Fluminense (UFF).

<sup>6</sup> O Lingote edições entre os meses de janeiro/agosto de 1965 acesso nos arquivos do Centro de Memória do Sul Fluminense (UFF).

<sup>7</sup> O Lingote edição de janeiro – fevereiro de 1969 acesso nos arquivos do Centro de Memória do Sul Fluminense (UFF).

em passar a imagem simbólica de paraíso racial, tentando camuflar toda violência e tortura que já iniciavam naquele período de forma tão intensa em Volta Redonda também, parecia surtir efeito ao menos nos anos iniciais da ditadura aqui analisados, antes das denúncias do Movimento Negro Unificado – ainda não existente – e outros ativistas ganharem amplitude.

Em seguimento, a hipótese central que nos norteia é a de que a ditadura militar em seus anos iniciais, amplificou e fortaleceu o mito da democracia racial ao passo que perseguiu e censurou todo o discurso racial e do movimento negro, principalmente nos seus primeiros 6 anos de período, aqui analisados. Mais que no outro período ditatorial da era Vargas. E isto é fundamental para entendermos a dinâmica raça e classe de nossa sociedade, e em como a raça se diluiu em relação a classe que se torna aspecto principal.

Procuramos demonstrar por essas imagens e discursos, estampadas no Lingote, que praticamente toda abordagem trazendo os trabalhadores de diferentes níveis técnicos de aprendizagem, carregavam também juntos situações de diferenciações – grande maioria situações desiguais para os negros - relacionadas na raça/cor desses trabalhadores. Os operários negros destacados pela coluna O Homem no trabalho, não atoa em sua grande maioria ocupavam os postos de trabalho pesado, braçal, com baixíssima mobilidade estrutural de cargos.



ANEXOS

O HOMEM NO TRABALHO

e a seguir, reunir, em breve, sua obra. O que tem mesmo tempo...

QUEREREMOS A, antes de tudo, trabalho de campo. Não importa...

Os Alcoa-ferros vêm sendo uma atividade, nos últimos...

Pode mostrar que o Alcoa-ferro é um trabalho, nos últimos...

Uma lista de Volto Rodada em...

V. R. RETOMA ATIVIDADE INTERVIA

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Valorização do Homem
Objetivo da Diretoria de Pessoal e de Assistência Social
Eng. Newton Coimbra B. Cotrim
Diretor de Pessoal e de Serviços Sociais

PROGRESSO EM AGUA PRETA
Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Novo Chefe Para o Escritório de NY
Para definir o escritório de New York, em geralização...

BELO TRABALHO DE VR
Uma lista de Volto Rodada em...

AGRADECIMENTOS
Recebemos, na redação do...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

XI Aniversário do Hospital
Com Debates e Comemorações
Observa-se no mês de maio...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

Uma lista de Volto Rodada em...

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Gabriele dos. **A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais.** Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.
- BEDÊ, Edgard D. A. Tonolli. **Formação da classe operária em Volta Redonda.** 1 edição. Volta Redonda: 2010.
- CORREA, Larissa Rosa. FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira.** Artigo – Anos 90. Vol. 23, nº 43. Porto Alegre, 2016.
- DA SILVA, Leonardo Ângelo. **Volta Redonda em Preto e Branco: Trabalho, Desenvolvimentismo e Relações Raciais (1946-1988).** Tese de doutorado – UFRRJ. Nova Iguaçu/RJ, 2019.
- ESTEVEZ, Alejandra; ASSUMPÇÃO, San Romanelli. **Ditadura e repressão contra a classe trabalhadora: questões de justiça de transição, direitos humanos e justiça social em uma abordagem histórica e político - normativa.** Artigo – Revista Anistia Política e Justiça de transição/ Ministério da Justiça. N 10 (jul. / dez. 2013). Brasília, 2014.
- ESTEVEZ, Alejandra; ASSUMPÇÃO, San Romanelli; GUIMARÃES, Vitor. **O caráter de classe da ditadura e a invisibilidade dos trabalhadores.** Artigo – Revista Verdade, Justiça e Memória. 2015.
- FORTES, Alexandre. **Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil.** Novo Mundo Mundos Novos, Latinoamerica y los enfoques globales – Coord. Sergio Serulnikov et Andrea Lluch, 2014. Acesso em <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.66177>.
- FORTES, Alexandre. **Do reformismo tecnocrático ao nacionalismo de massas: A Segunda Guerra Mundial e a emergência do trabalhismo brasileiro.** In: FERRERAS, Norberto (org.). **A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África.** Rio de Janeiro: Editora FGV Faperj, 2015. p. 67–88.
- FORTES, Alexandre; RIBEIRO, Felipe. **Trabalhadores e Segunda Guerra Mundial: debates introdutórios para um dossiê.** Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, vol. 11, 2019. p. 1 – 17.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: 3 Ed. Editora FGV. 2005.
- MAIO, Marcos Chor. **O Projeto UNESCO e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, n41, outubro 1999.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Antiracism and the uses of science in the post-World War II: An analysis of UNESCO's first statements on race (1950 and 1951).** Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, Vol: 12, Issue: 2, Page: 1-26, 2015.
- PACHECO, Beatriz. **A Construção do Discurso Nacionalista: Volta Redonda – da Modernidade sólida a líquida.** XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 03. Setembro. 2002.



SILVA, Eduardo Ângelo. “Arigós” e “Peões” na “Cidade do Aço”: Experiências Urbanas e Fabris, Cultura e Identidades de Classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980). Dissertação de mestrado – UFRRJ. Nova Iguaçu/RJ, 2010.